



## PARECER TÉCNICO

Nº: 0010

Versão: 01

Data: 17/07/2025

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social <b>J N Z Construções LTDA</b>		CPF <b>09.071.164/0001-84</b>		
Logradouro <b>Avenida Guarda Municipal Josué Sant'Ana</b>				
Número <b>S/N</b>	Complemento <b>Parte A - Setor 03</b>	Bairro <b>Centro</b>	CEP <b>12310-054</b>	Município <b>Jacareí</b>

### CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal	
Descrição <b>Construção de edifícios</b>	
Bacia Hidrográfica <b>61 - PARAÍBA</b>	UGRHI <b>2 - PARAÍBA DO SUL</b>
Interessado <b>J N Z Construções LTDA</b>	
Assunto <b>Manifestação quanto às funções ambientais das margens do corpo hídrico conhecido como Córrego do Turi no imóvel objeto da matrícula 103898 (Cadastro Nacional de Matrícula 114496.2.0103898-76)</b>	

### 1. INTRODUÇÃO

Este parecer técnico tem por objetivo analisar a solicitação referente às funções ambientais das margens do corpo hídrico conhecido como Córrego do Turi, situado na divisa de parte do imóvel localizado na Avenida Guarda Municipal Josué Sant'Ana, S/N – Parte A – Setor 03 - Centro, Inscrição Imobiliária: 44132-22-00-0046-00-000 Matrícula: 103898, Cadastro Nacional de Matrícula 114496.2.0103898-76.

### 2. ANÁLISE

Conforme os documentos apresentados, verifica-se que o imóvel está inserido em área urbana consolidada. Ressalta-se que a faixa correspondente à Área de Preservação Permanente (APP), localizada em ambos os lados do trecho canalizado e aberto do córrego, está ocupada por infraestrutura urbana preexistente, incluindo calçamento para pedestres, postes de iluminação pública, sistemas de drenagem, via pavimentada e ponto de ônibus.

Quanto às funções ambientais, conforme o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 12.651/2012, as áreas de preservação permanente devem cumprir funções ambientais específicas. Diante disso, o parecer técnico conclui que:

I - Não exerce mais a função de preservação de recursos hídricos: a área está ocupada por infraestrutura urbana, incluindo calçadas, postes de iluminação pública, sistema de drenagem, avenida asfaltada e ponto de ônibus.

II - Sua ocupação não compromete a estabilidade geológica: o terreno é plano e o córrego foi canalizado no trecho analisado, eliminando riscos geológicos.

III - Não desempenha papel significativo na preservação da biodiversidade: a urbanização consolidada resultou na ausência de vegetação relevante, impedindo qualquer contribuição para a biodiversidade local.

IV - Não é relevante para facilitar o fluxo gênico de fauna e flora: devido à ausência de vegetação significativa na região e à intensa urbanização, não há formação de corredores ecológicos para a fauna e flora.

V - Sua preservação não é determinante para a proteção do solo ou para o bem-estar das populações humanas: a área encontra-se completamente impermeabilizada pela urbanização. Para mitigar possíveis inundações, existem "piscinões" (reservatórios de contenção) a montante, substituindo a função que originalmente caberia à APP.

É reconhecido que o lote em questão está inserido em área densamente urbanizada. A faixa marginal do Córrego do Turi está



## PARECER TÉCNICO

Nº: 0010

Versão: 01

Data: 17/07/2025

impermeabilizada nesta região, ocupada por diversos equipamentos urbanos (sistema viário, sistema de drenagem de águas pluviais), além de edificações variadas (residenciais, comerciais e de serviços).

Levantamentos topográficos e imagens aéreas indicam que a ocupação urbana na região, inclusive nas margens do Córrego do Turi, é antiga e consolidada desde a década de 1970. Imagens aéreas recentes, abrangendo um raio de 1.000 metros, revelam um entorno predominantemente ocupado e sem conectividade de vegetação nativa.

### 3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a Área de Preservação Permanente (APP) do imóvel não mantém suas funções ambientais devido à urbanização consolidada e à impermeabilização do solo, conforme evidenciado por imagens aéreas recentes que mostram um entorno predominantemente ocupado e sem conectividade de vegetação nativa. A ocupação existente impede a preservação dos recursos hídricos, biodiversidade e fluxo gênico, e a presença de infraestrutura urbana e reservatórios de contenção supre a função originalmente prevista para APP. Assim sua preservação isolada é insuficiente para restaurar as características naturais.

Este parecer não aprova obras nem substitui quaisquer alvarás ou certidões exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

---

SANDRA RAQUEL VERISSIMO

Diretora de Meio Ambiente